

HABEAS CORPUS Nº 515.675 - SP (2019/0170056-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
VANESSA MORAIS KISS - SP314903
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROBSON JOSE DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

ROBSON JOSE DOS SANTOS SANTOS alega sofrer coação ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** na Apelação n. 0001708-42.2016.8.26.0320.

Todavia, da análise dos autos, observo que este *mandamus* foi **deficientemente instruído, visto que não há nos autos cópia da decisão em que o Juízo singular determinou a realização do interrogatório do paciente por videoconferência (mencionada expressamente no acórdão recorrido)**, o que impossibilita a compreensão da tese aqui sustentada – nulidade da audiência realizada.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações e não comporta dilação probatória. É cogente ao impetrante apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a suscitada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus.**

Nada impede, porém, à vista dos princípios da celeridade e da economia processuais que, caso a parte traga os documentos faltantes, o pedido seja considerado e analisado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**